



Demonstrações Contábeis

2003

**Publicado no Diário Oficial do Estado do RS,
Jornal do Comércio e Valor Econômico,
em 30 de Março de 2004**

Sumário

Relatório da Administração	3-12
Demonstrações Contábeis	
Balanços Patrimoniais	13-14
Demonstrações do Resultado	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	17
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	18-53
Informações Complementares	
Demonstrações do Resultado Segregado por Atividade	54
Demonstração do Valor Adicionado	55
Demonstrações do Fluxo de Caixa	56
Anexos	
Parecer dos Auditores Independentes	58-59
Balanço Social	60
Parecer do Conselho Fiscal	61
Manifestação do Conselho de Administração	62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Rio Grande Energia S.A. – RGE, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e o Relatório da Administração concernentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2003 foi marcado por incertezas oriundas do campo político, em particular, devido à transição de governos na esfera federal, as quais trouxeram durante boa parte do ano retração da disponibilidade de linhas de crédito, elevadas taxas de juros e fracos estímulos para o investimento produtivo.

O PIB teve uma retração de 0,2%, atingindo a marca de US\$ 451,1 bilhões e a queda da massa de rendimentos foi da ordem de 6,1%. Contudo, a evolução de outros indicadores econômicos e o decréscimo das taxas de juros básicas no final do ano permitiram perspectivas mais alentadoras para o futuro.

Em 2003, a taxa de juros básica (Selic) recuou de 25,5% em janeiro para 16,5% ao ano em dezembro e a proporção da dívida pública versus PIB recuou de 61,0% para 58,2%, incluindo uma importante redução da proporção da dívida mobiliária brasileira indexada à moeda norte-americana de 37,0%, em 2002, para 22,1% da dívida total em 31 de dezembro de 2003. A manutenção da política monetária e fiscal pelo novo governo federal permitiu o controle do processo inflacionário oriundo do ano de 2002: o IPC-FIPE passou de 9,9% em 2002 para 8,2% em 2003 e o IGP-M (FGV) reduziu-se de 25,3% para 8,7% no mesmo período.

A produção industrial teve um crescimento de apenas 0,4%, mas a balança comercial apresentou um superávit de US\$ 24,8 bilhões contra US\$ 12,6 bilhões de 2002, trazendo maior conforto na relação entre este saldo e o serviço da dívida brasileira.

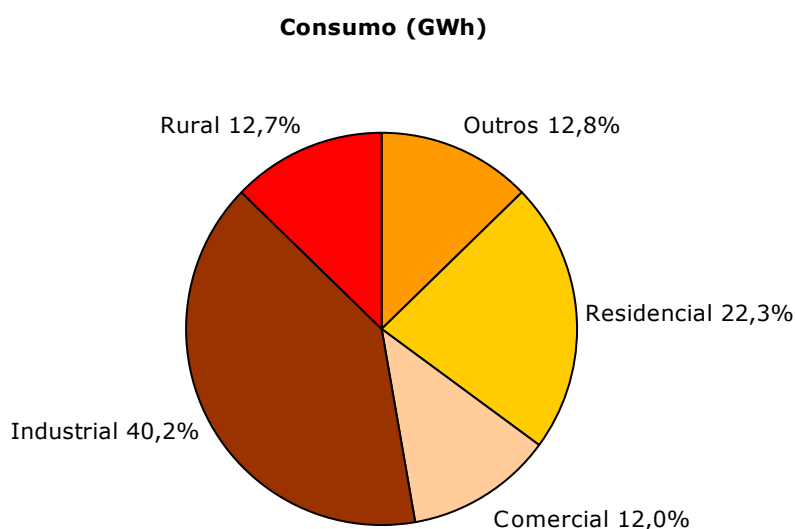
Todos estes fatores contribuíram para uma redução e posterior estabilidade da paridade cambial Real versus Dólar norte-americano (ao redor de R\$ 3,00) e a expressiva diminuição do denominado risco Brasil (*Spread over US Treasury Bonds do C – Bond* brasileiro) do pico de 2.343 pontos básicos em setembro de 2002 para 563 em dezembro de 2003, refletindo uma avaliação positiva dos investidores quanto ao desempenho futuro da economia brasileira.

A continuação de importantes reformas necessárias ao país, tais como a Reforma Tributária, a Lei das Falências e a autonomia do Banco Central, aliadas à elevada disponibilidade de recursos internacionais devido à baixa taxa de juros norte-americana e as boas condições gerais da economia brasileira, apontam para um cenário favorável à retomada do crescimento econômico em 2004 e anos seguintes, aspecto fundamental para a recuperação da massa salarial e políticas eficazes de distribuição de renda.

MERCADO DE ENERGIA

Durante o ano de 2003, o consumo nacional cresceu 3,7% em comparação a 2002, ao passo que o consumo total de energia elétrica da Região Sul teve um acréscimo de 3,9% em relação ao mesmo período. O mercado da RGE acompanhou esta evolução com crescimento de 3,4% no ano de 2003.

A energia vendida em 2003 totalizou 6.377,0 GWh, distribuída para 1.052.281 unidades consumidoras. A Classe Residencial foi responsável por 22,3% do consumo e 30,4% da receita, com um incremento de consumo de apenas 0,9% em relação a 2002. Um total de 790.201 unidades foram atendidas, sendo 563.531 unidades classificadas na tensão convencional e 226.670 mil unidades enquadradas como Baixa Renda.



A Classe Comercial cresceu 3,4%, sendo atendidos 92.916 estabelecimentos, os quais responderam por 12,0% da energia distribuída e 16,2% da receita. O desempenho favorável desta classe deve-se às unidades atendidas em alta tensão, as quais registraram um incremento de 7,9%.

A Classe Industrial mostrou o melhor resultado entre as demais: 6,3% de expansão frente ao realizado em 2002. Foram atendidas 29.784 indústrias que responderam por 40,2% do mercado total e 35,2% da receita.

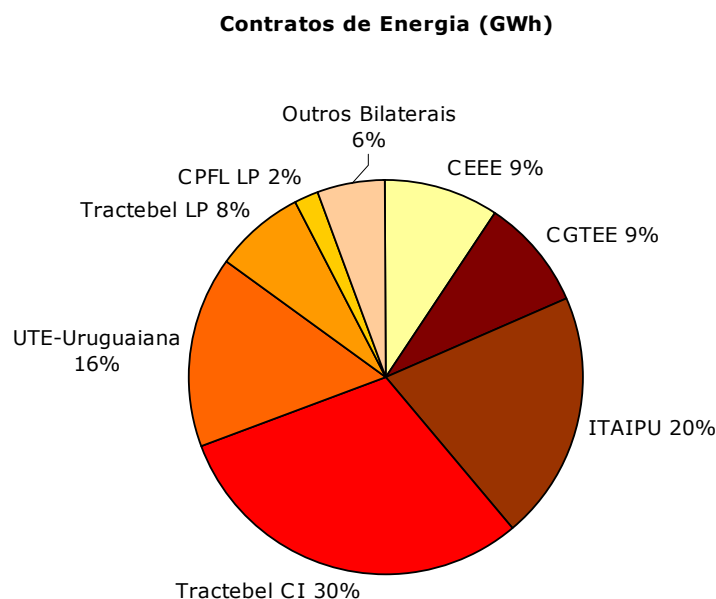
A Classe Rural manteve-se no mesmo patamar de consumo do ano anterior com um crescimento de 0,1%. Essa classe representou 12,7% do consumo e 8,5% da receita.

A Empresa manteve o processo de concessão do benefício da Tarifa Social e do enquadramento na Subclasse Residencial Baixa Renda e concluiu o recadastramento dos consumidores da Classe Rural. A Empresa também se preparou para atender, a partir de 2004, o Programa de Universalização de Energia Elétrica do Governo Federal, o qual estabeleceu metas de universalização para o acesso ao serviço sem ônus para o solicitante. Este Programa prevê a participação conjunta entre a concessionária, o Governo Federal e o Estadual. A RGE prevê o atendimento de 22 mil novos clientes no Programa até o ano de 2008.

A evolução da inadimplência durante o ano de 2003 implicou em ações específicas de negociação, cortes e ações judiciais relativas a débitos de consumidores de diversas classes. Adicionalmente, em decorrência da Emenda Constitucional nº 39 de 19 de dezembro de 2002, diversas prefeituras localizadas na área de concessão da RGE deram início a partir de 2003 à cobrança da

Contribuição para Iluminação Pública (CIP) junto aos seus municípios. A implementação da CIP e sua adoção pelas demais prefeituras municipais traz um alento quanto ao equacionamento das despesas com iluminação pública.

De acordo com a legislação atual do setor elétrico, a partir de 2003 iniciou-se a descontratação de 25% dos contratos iniciais. Prevendo essa descontratação, a RGE assinou um contrato de longo prazo com a Tractebel Energia, no qual contemplou toda a descontratação prevista como também o crescimento do seu mercado até 2014. Este contrato prevê ainda o atendimento de qualquer volume de energia necessário para fechar o balanço energético da RGE, eliminando qualquer exposição da Empresa junto ao Mercado Atacadista de Energia - MAE.



Revisão Tarifária

De acordo com o Contrato de Concessão da RGE, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL concluiu o processo de Revisão Tarifária Periódica visando avaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e definir as bases para aplicação futura do fator redutor de tarifa decorrente do compartilhamento de eficiência da concessionária (Fator X). Deste modo, a ANEEL determinou um índice médio de 27,4%, que passou a vigorar a partir de 19 de abril de 2003, o qual substituiu, extraordinariamente, o reajuste anual ordinário (IRT – Índice de Reajuste Tarifário). O índice médio apurado (27,4%) atende ao Realinhamento Tarifário, conforme Decreto nº 4.667, de 04 de abril de 2003, que estabelece o fim gradual do subsídio cruzado entre os grupos de consumo. Dessa forma os índices por classe de consumo foram de 25,5% para os consumidores de baixa tensão, 30,1% para os consumidores do grupo A1, 29,1% para o grupo A3 e 29,6% para os consumidores do grupo A4.

Sobre esses valores somam-se ainda os índices da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), que representa correção de 2,9% para consumidores residenciais, rurais e iluminação pública e de 7,9% para comerciais, industriais e demais classes de consumo. A RTE compensa os custos não gerenciáveis da concessionária, tais como compra de energia, variação do dólar e encargos setoriais, ocorridos no período entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001. Os consumidores de baixa renda ficaram isentos desta cobrança.

Como parte do processo de Revisão Tarifária, a agência reguladora definiu uma metodologia para a implementação do fator de compartilhamento de produtividade da RGE com seus consumidores, o (Fator Xe), o qual foi estimado como redutor de 1,7% da Receita Bruta e passa a vigorar a partir de 2004. Outros dois componentes de ajuste da tarifa, o fator de qualidade (Fator Xc) e fator de remuneração da mão de obra (Fator Xa), serão calculados e aplicados quando do reajuste tarifário anual da RGE em abril de 2004.

Modelo Setorial

No final de 2003 o Governo publicou as Medidas Provisórias 144 (Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004) e 145 (Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004), delineando um novo modelo para o setor elétrico nacional na busca de estimular os investimentos e as condições comerciais gerais necessárias para promover o suprimento de energia elétrica e favorecer a modicidade tarifária.

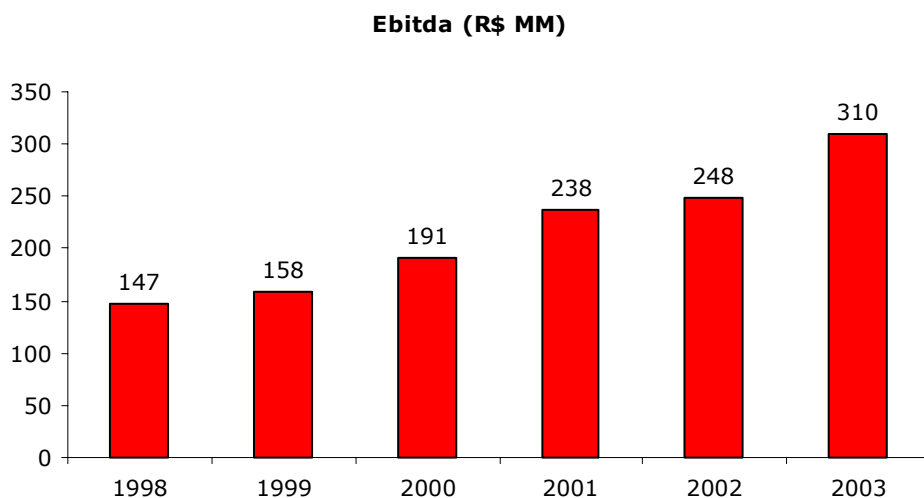
A proposta governamental através das Medidas Provisórias citadas reafirma o papel do planejamento de longo prazo e cria a Empresa de Pesquisa Energética - EPE com a finalidade de prestar serviços relativos aos estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético. Também propõe a criação de uma Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela ANEEL, sucedendo o MAE, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica no novo modelo.

Do mesmo modo, foram propostas ao Congresso Nacional a constituição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, no âmbito do Poder Executivo e sob sua coordenação direta, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

As Medidas referidas pretendem estabelecer a obrigatoriedade das distribuidoras de energia elétrica contratarem a totalidade do seu mercado, conferindo-lhes também instrumentos para o combate a inadimplência, bem como, possibilitam aos grandes consumidores a alternativa de adotarem a geração própria de energia elétrica.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

A RGE registrou receita bruta consolidada de R\$ 1.591.100 mil, 30,5% superior ao ano de 2002. O resultado do serviço consolidado foi de R\$ 128.723 mil, 97,9% acima de 2002. O resultado operacional gerencial consolidado antes da dedução dos impostos, depreciação, amortização e juros (EBITDA) cresceu 25,1% em relação ao período anterior, atingindo R\$ 310.012 mil.



O prejuízo líquido do período decresceu 73,1% em relação a 2002 – R\$ 23.158 mil ou R\$ 0,030 por ação em 2003 contra R\$ 85.972 mil ou R\$ 0,111 por ação no ano anterior.

Durante 2003 a RGE manteve sua política conservadora de exposição cambial mantendo contratos de hedge (*Swap* – CDI) para os empréstimos em moeda estrangeira e, embora apresente indicadores econômico-financeiros saudáveis, deu prosseguimento à diminuição do seu endividamento consolidado (ver Nota Explicativa nº 14) e da relação deste endividamento com o EBITDA (3,0 vezes em 2002 para 2,2 vezes em 2003).

A autorização para o plano de emissão de debêntures estruturado em 2002 visando o alongamento do perfil da dívida da RGE mantém-se pendente por parte do órgão regulador em virtude de tratativas atualmente em curso.

Conforme referido na Nota Explicativa nº 18, os acionistas detentores de ações preferenciais da RGE deliberaram em 18 de dezembro de 2003 renunciar unilateralmente ao recebimento do dividendo de R\$ 75.263 mil (R\$ 0,52 por ação) referente ao exercício social de 2003.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que foram pagos à PricewaterhouseCoopers, por serviços especializados para revisão de controles internos, um total equivalente a 36,5% do valor pago pelos serviços de auditoria externa.

Os auditores declararam que, pela natureza dos serviços contratados, não houve perda de independência ou de objetividade, nem conflito de interesses e atenderam às regulamentações que definem as restrições de serviços de auditores independentes.

INVESTIMENTOS

A RGE investiu R\$ 66.459 mil em 2003, dando continuidade ao seu plano de longo prazo de reforço e expansão do sistema elétrico em sua área de atuação.

Foram priorizados os investimentos em conexões, linhas de transmissão, subestações, manutenção e outros, totalizando 80,2% do montante investido.

Com as obras realizadas, a capacidade instalada em subestações de distribuição evoluiu de 1.352,5 MVA em 2002 para 1.389,0 MVA em 2003, o que representou um acréscimo de 36,5 MVA. A potência atualmente instalada pela RGE em conjunto com os contratos de energia firmados com seus fornecedores permitem atender ao crescimento de mercado previsto para os próximos anos.

Os investimentos destinados à informática e às telecomunicações foram da ordem de R\$ 3.621 mil, destinados, principalmente, à ampliação da armazenagem de dados, à modernização operacional e ao aumento da qualidade no atendimento ao cliente através da implantação de sistemas de gestão comercial.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE DE PERDAS

A RGE iniciou 2003 com a conquista do nível 5 no Sistema de Classificação Internacional de Segurança e Saúde Ocupacional e desenvolveu, durante o ano, ações de aprimoramento do Sistema Vida - Sistema de Gerenciamento de Riscos e Controle de Perdas.

Juntamente com a continuidade da campanha Viva Com Segurança, os colaboradores participaram de palestras e encontros mensais sobre temas críticos, com destaque para a prevenção de acidentes de trânsito, energia elétrica e acidentes domésticos.

Para incentivar as práticas de segurança, foi realizada a primeira Olimpíada Padrão, dirigida a todos os eletricitistas e motociclistas da Empresa. O evento envolveu cerca de 610 colaboradores e contou com provas práticas e teóricas que abordaram procedimentos e simulações dos Manuais do Eletricista Padrão, do Eletricista Auxiliar e do Motociclista.

O grupo de gestores da Empresa também esteve comprometido com a segurança. Cada gestor tornou-se coordenador de um elemento do Sistema Vida, implementando procedimentos e normas em busca de práticas seguras e padronizadas.

Esse conjunto de ações, resultou, ao final do ano, na evolução do Sistema para o nível 6, o qual foi auditado pela DNV - *Det Norske Veritas*. Essa certificação posiciona a RGE entre as empresas com melhores práticas internacionais de gestão em Segurança e Saúde Ocupacional. A Empresa manteve também a certificação OHSAS 18.001 através de auditorias semestrais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Qualidade e Produtividade

Em 2003, a qualidade da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica da RGE foi reconhecida em diversas esferas. No plano externo, a Empresa conquistou importantes prêmios nacionais que ratificam a excelência de seus serviços:

- ABRADDEE – Melhor Empresa do Brasil na Avaliação do Cliente e Melhor Empresa da Região Sul;
- Prêmio Eletricidade Moderna – Melhor Operação Comercial do Brasil;
- Prêmio ABERJE Região Sul – Categoria Inovação com o *case* Energia Brasil;
- Re-certificação na Norma Internacional ISO 9001:2000, para o escopo Serviço de Distribuição de Energia Elétrica;
- Prêmio As 100 Mais Inovadoras no Uso de Tecnologia da Informação - concedido pela Revista *Informationweek Brasil* – 1º lugar no ranking das empresas de serviços públicos;
- Prêmio Padrão de Qualidade em B2B na categoria Serviços Públicos/Concessionárias Privadas - concedido pela Padrão Editorial.

No campo da produtividade da força de trabalho, medida pela relação entre receita operacional bruta e força bruta de trabalho, a RGE alcançou o índice de R\$ 982,00, representando uma evolução de 30,4% em relação a 2002 (R\$ 753,00).

Operações

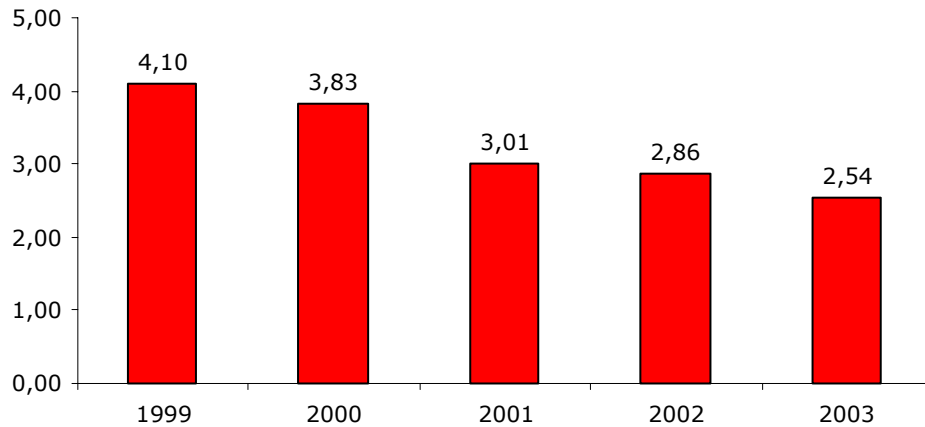
Em 2003, a RGE realizou 2.320.673 atendimentos de solicitações de serviços e informações de seus consumidores através do Serviço de Atendimento ao Cliente – 0800 900900 – RGE 24 Horas.

Dentro da política de controle de perdas e de proteção de receita, a empresa aperfeiçoou seu sistema informatizado de gestão comercial, possibilitando o acompanhamento individual do histórico de todos os medidores de energia, desde a sua aquisição até a sua desativação, bem como do sistema de controle dos lacres utilizados nas medições das unidades consumidoras.

A fiscalização das unidades consumidoras ganhou o reforço de 22 equipes especializadas para a prevenção e combate à fraude no consumo de energia, tendo autuado 5.718 irregularidades, com a recuperação de 27.954 MWh, evitando perdas anuais da ordem de R\$ 11.980 mil.

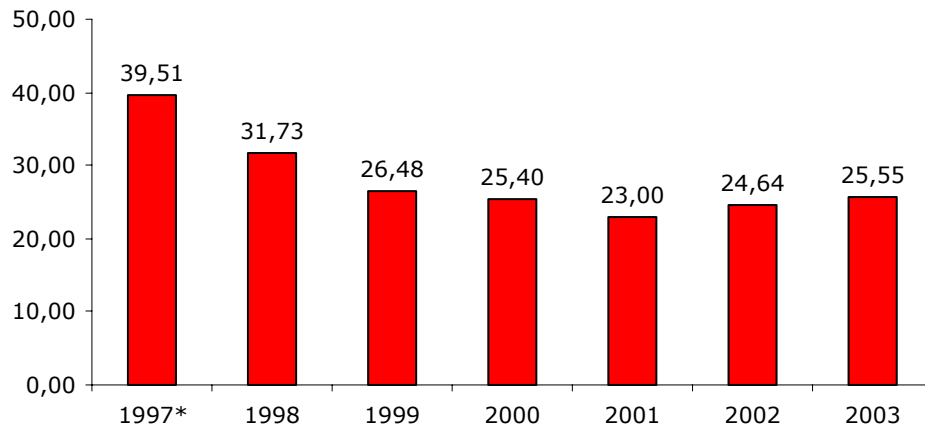
Durante 2003 a Empresa manteve seus padrões de qualidade de faturamento, que a colocam entre as melhores do país. Foram emitidos 12.481.187 documentos e anulados por erro apenas 3.354, fechando o ano com um índice de Qualidade do Faturamento (QF) de 2,54 contas anuladas a cada 10 mil contas emitidas, um dos melhores índices setoriais do Brasil.

QF



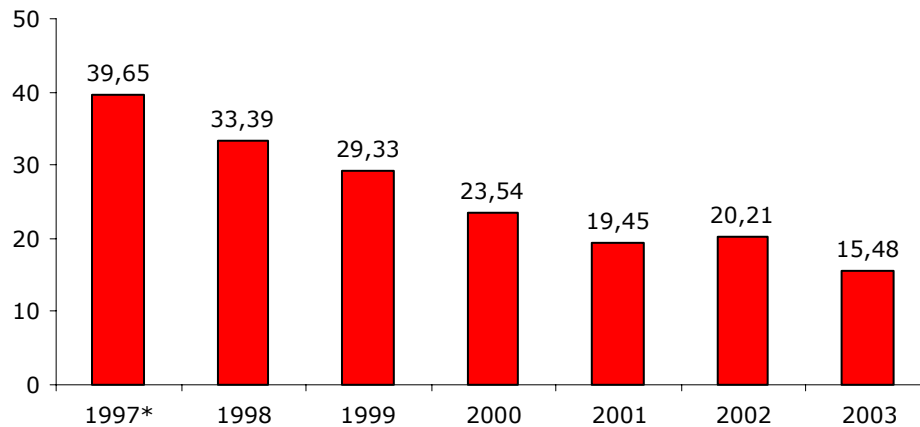
O indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC) manteve tendência de melhora, demonstrando o resultado dos investimentos realizados pela Companhia. Embora esses investimentos tenham beneficiado o comportamento da Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC), as condições meteorológicas adversas não permitiram a redução esperada, a qual, contudo, manteve-se em patamares adequados para a configuração do sistema elétrico da RGE.

DEC



*Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel

FEC



* Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel

Logística

Dando prosseguimento à implementação de processos sólidos de eficiência logística através do conceito de *Supply Chain Management*, a RGE consolidou o inovador sistema de Planejamento e Controle de Obras, o qual permite o planejamento e acompanhamento da execução das fases dos diversos tipos de obras de distribuição em sua área de concessão. Também como parte da evolução das ferramentas gerenciais, implementou-se o projeto Seis Sigma visando a excelência nos processos de suprimentos e logísticos.

Como parte do aprimoramento do controle de materiais retirados de sua rede elétrica e preservação ambiental, firmaram-se acordos com fornecedores para o processo de recuperação de materiais, os quais possibilitaram a recuperação, já em 2003, de aproximadamente 740 toneladas de materiais prejudiciais ao meio ambiente.

Buscando a melhoria constante de toda a cadeia produtiva, implementou-se em 2003 a primeira edição do Prêmio RGE Qualidade de Fornecedores, a qual avalia e premia os fornecedores que se destacaram durante o ano nos campos da qualidade, custos e eficiência de entrega dos seus materiais e serviços.

BALANÇO SOCIAL

Durante o ano de 2003, os seguintes programas foram desenvolvidos:

Recursos Humanos

A RGE manteve a sua política de desenvolvimento de recursos humanos. Os programas de treinamento e capacitação atingiram 62.586 horas. Adicionalmente, uma nova ferramenta de capacitação permanente foi implementada: o Educenet. Com acesso via intranet, este projeto de *E-learning* da RGE capacitou 610 colaboradores, totalizando 823 horas de treinamento. A Empresa encerrou 2003 com 1.318 colaboradores.

Desenvolvimento Cultural e Social

A RGE apoiou importantes eventos regionais durante 2003. Entre os patrocínios realizados estavam a Fenamilho de Santo Ângelo, 19º Musicanto Latino Americano de Nativismo de Santa Rosa e o Festival de Cinema e o Natal Luz de Gramado.

Rodacine RGE

A RGE é a maior incentivadora da indústria cinematográfica do Estado. Além do Prêmio RGE Governo do RS de Cinema – que já impulsionou a produção de 6 longas-metragens, o projeto Rodacine RGE leva o cinema para locais onde não há sala de projeção, permitindo o acesso da população a essa forma de arte e entretenimento.

RGE, UNICEF e Você – Amigos da Criança

O Projeto RGE, UNICEF e Você – Amigos da Criança foi lançado em Porto Alegre com a presença de Renato Aragão, Embaixador do UNICEF no Brasil. Esta iniciativa permitiu que os 1,043 milhão de clientes da RGE pudessem contribuir com R\$ 1,00 para programas de desenvolvimento infantil, educação para inclusão e cidadania de crianças e adolescentes brasileiras.

Árvores Nobres

RGE e Secretaria Estadual do Meio Ambiente lançaram a campanha Árvores Nobres, com a distribuição de 56 mil mudas de seis espécies selecionadas (cedro, caroba, grábia, ipê roxo, canjerana e louro) e 30 mil cartilhas informativas nas regiões Noroeste e Missões do Estado. A distribuição das mudas foi realizada por equipes da RGE em escolas, praças públicas e prefeituras.

Programa de Eficientização da Iluminação Pública

Este programa - que consiste na substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas de vapor de sódio, cerca de 20,0% mais econômicas e 30,0% mais claras - atingiu 6 municípios em 2003, totalizando 43.948 pontos eficientizados, gerando uma economia de 14.590,73. MWh

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos e os obstáculos superados ao longo de 2003 devem-se à participação decisiva de nossos clientes, acionistas, fornecedores e colaboradores. Acreditamos que 2004 será um ano decisivo para a retomada do crescimento econômico brasileiro e que as novas regras do setor elétrico permitirão estabelecer as condições basilares para o aumento de investimentos e expansão do sistema elétrico nacional e da RGE.

A ADMINISTRAÇÃO

RIO GRANDE ENERGIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002****(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Ativo				
Circulante				
Numerário disponível	22.134	9.254	22.165	9.273
Aplicações financeiras	9.449	42.029	9.449	42.029
Consumidores e revendedores	284.825	243.098	284.825	243.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.458)	(11.881)	(22.458)	(11.881)
Serviços em curso	8.722	10.204	8.722	10.204
Tributos a compensar	7.625	5.183	9.655	6.652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.702	-	9.702	-
Estoque	3.613	3.968	3.613	3.968
Despesas pagas antecipadamente	80.854	83.125	83.196	83.125
Outros créditos	25.374	18.646	25.374	18.646
	429.840	403.626	434.243	405.114
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	5.149	-	5.149	-
Consumidores e revendedores	23.132	-	23.132	-
Tributos a compensar	5.157	5.121	5.157	5.121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.940	72.716	73.940	72.716
Depósitos judiciais	10.332	7.888	10.332	7.888
Despesas pagas antecipadamente	70.133	60.580	71.212	60.580
Outros créditos	4.552	1.374	4.552	1.374
	192.395	147.679	193.474	147.679
Permanente				
Investimentos	940	1.529	940	1.529
Imobilizado	1.109.557	702.139	1.109.557	702.139
Diferido	525.704	636.093	535.185	663.674
	1.636.201	1.339.761	1.645.682	1.367.342
Total do ativo	2.258.436	1.891.066	2.273.399	1.920.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002****(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	130.714	137.872	130.714	137.872
Folha de pagamento	1.027	888	1.027	888
Empréstimos e financiamentos	182.882	158.161	329.685	287.710
Taxas regulamentares	6.564	7.378	6.564	7.378
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	6.695	6.325	6.695	6.325
Tributos e contribuições sociais	30.141	19.030	30.141	19.030
Dividendos	211.301	212.374	211.301	212.374
Obrigações estimadas	6.041	5.419	6.041	5.419
Débito com partes relacionadas	139.564	-	-	-
Outras contas a pagar	21.090	24.451	21.180	24.779
	736.019	571.898	743.348	701.775
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	197.580	190.159	365.278	460.179
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	19.731	20.702	19.731	20.702
Provisão para contingências	29.034	24.804	29.034	24.804
Débito com partes relacionadas	-	259.085	-	-
Provisão para passivo a descoberto da controlada	163.291	113.620	-	-
Outras contas a pagar	18.891	10.171	22.118	12.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	131.061	-	131.061	-
	559.588	618.541	567.222	517.733
Patrimônio líquido				
Capital social	784.430	784.430	784.430	784.430
Reservas de capital	132.298	132.298	132.298	132.298
Reserva de reavaliação	268.921	-	268.921	-
Prejuízos acumulados	(222.339)	(215.620)	(222.339)	(215.620)
Ações em tesouraria	(481)	(481)	(481)	(481)
	962.829	700.627	962.829	700.627
Total do passivo	2.258.436	1.891.066	2.273.399	1.920.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002****(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)**

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Receita operacional				
Fornecimento de energia elétrica	1.552.642	1.188.793	1.552.642	1.188.793
Suprimento de energia elétrica	22.333	20.376	22.333	20.376
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	619	-	619	-
Outras receitas operacionais	15.506	10.468	15.506	10.468
	1.591.100	1.219.637	1.591.100	1.219.637
Deduções da receita operacional				
ICMS	(299.186)	(233.198)	(299.186)	(233.198)
PIS	(25.606)	(8.877)	(25.606)	(8.877)
COFINS	(46.556)	(36.094)	(46.556)	(36.094)
Reserva global de reversão - RGR	(11.409)	(13.708)	(11.409)	(13.708)
Encargo de capacidade emergencial	(39.222)	(17.821)	(39.222)	(17.821)
	(421.979)	(309.698)	(421.979)	(309.698)
Receita operacional líquida	1.169.121	909.939	1.169.121	909.939
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(592.883)	(445.355)	(592.883)	(445.355)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(75.293)	(62.746)	(75.293)	(62.746)
	(668.176)	(508.101)	(668.176)	(508.101)
Custo de operação				
Pessoal	(24.443)	(21.626)	(24.443)	(21.626)
Entidade de previdência privada	(627)	(642)	(627)	(642)
Material	(6.519)	(5.604)	(6.519)	(5.604)
Serviços de terceiros	(13.903)	(15.612)	(13.903)	(15.612)
Depreciação e amortização	(47.520)	(55.400)	(47.520)	(55.400)
Conta consumo de combustível - CCC	(52.610)	(50.426)	(52.610)	(50.426)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(14.202)	-	(14.202)	-
Outros custos de operação	(4.305)	(2.956)	(4.305)	(2.956)
	(164.129)	(152.266)	(164.129)	(152.266)
Lucro operacional bruto	336.816	249.572	336.816	249.572
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(42.194)	(30.350)	(42.194)	(30.350)
Despesas gerais e administrativas	(53.871)	(42.156)	(53.872)	(42.152)
Amortização de ágio	(112.027)	(112.027)	(112.027)	(112.027)
	(208.092)	(184.533)	(208.093)	(184.529)
Resultado do serviço	128.724	65.039	128.723	65.043
Resultado de participações societárias	(49.671)	(63.514)	-	-
Receita (despesa) financeira				
Receita	29.352	17.980	29.352	17.991
Despesa	(136.176)	(112.048)	(185.846)	(175.577)
	(106.824)	(94.068)	(156.494)	(157.586)
Resultado operacional	(27.771)	(92.543)	(27.771)	(92.543)
Resultado não operacional				
Receita	668	2.223	668	2.223
Despesa	(6.981)	(8.361)	(6.981)	(8.361)
	(6.313)	(6.138)	(6.313)	(6.138)
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(34.084)	(98.681)	(34.084)	(98.681)
Contribuição social	2.892	3.364	2.892	3.364
Imposto de renda	8.034	9.345	8.034	9.345
Prejuízo líquido do exercício	(23.158)	(85.972)	(23.158)	(85.972)
Prejuízo por ação - R\$	(0,030)	(0,111)	(0,030)	(0,111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Em milhares de reais)**

	Reservas de capital						Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Remuneração dos bens e direitos do capital próprio	Subvenção para investimentos	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2001	784.430	200.424	6.916	221	-	(129.648)	(481)	861.862
Dividendos fixos-ações preferenciais (R\$ 0,52 por ação)	-	(75.263)	-	-	-	-	-	(75.263)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(85.972)	-	(85.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	784.430	125.161	6.916	221	-	(215.620)	(481)	700.627
Constituição da reserva de reavaliação	-	-	-	-	416.421	-	-	416.421
Impostos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	-	(136.648)	-	-	(136.648)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(10.852)	10.852	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	-	-	5.587	-	5.587
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(23.158)	-	(23.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	784.430	125.161	6.916	221	268.921	(222.339)	(481)	962.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Origens dos recursos				
Das operações				
Prejuízo líquido do exercício	(23.158)	(85.972)	(23.158)	(85.972)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido				
Depreciação e amortização	57.523	63.572	57.523	63.572
Crédito de PIS sobre depreciação e amortização	1.129	92	1.129	92
Amortização de ágio	112.027	112.027	112.027	112.027
Provisão (reversão) de contingências	2.541	(2.042)	2.541	(2.042)
Juros, variações monetárias e cambiais de longo prazo	61.961	75.226	42.739	241.251
Amortização da variação cambial diferida em 2001	-	-	18.100	30.069
Resultado de participações societárias	49.671	63.514	-	-
Baixas no ativo permanente	6.748	9.442	6.748	9.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.926)	(12.709)	(10.926)	(12.709)
	257.516	223.150	206.723	355.730
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos obtidos	88.885	62.178	88.885	62.178
Contribuição e doação do consumidor	9.013	5.815	9.013	5.815
Conta de compensação de variação dos custos da parcela "A"	13.738	5.354	13.738	5.354
Outras adições do exigível a longo prazo	9.514	5.967	11.113	7.209
Realizável a longo prazo transferido para o circulante	73.759	29.226	73.759	29.226
	194.909	108.540	196.508	109.782
Total das origens	452.425	331.690	403.231	465.512
Aplicações dos recursos				
No realizável a longo prazo	107.549	69.357	108.628	69.357
No exigível a longo prazo	17.205	5.020	170.220	226.064
No permanente	66.459	78.325	66.459	78.325
Exigível a longo prazo transferido para o circulante	240.354	70.584	70.368	150.269
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	158.765	138.070	-	-
Dividendos provisionados	-	75.263	-	75.263
Total das aplicações	590.332	436.619	415.675	599.278
Redução do capital circulante líquido	(137.907)	(104.929)	(12.444)	(133.766)
Variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante:				
No início do exercício	403.626	290.396	405.114	291.739
No fim do exercício	429.840	403.626	434.243	405.114
Aumento	26.214	113.230	29.129	113.375
Passivo circulante:				
No início do exercício	571.898	353.739	701.775	454.634
No fim do exercício	736.019	571.898	743.348	701.775
Aumento	164.121	218.159	41.573	247.141
Redução do capital circulante líquido	(137.907)	(104.929)	(12.444)	(133.766)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO GRANDE ENERGIA S.A. E CONTROLADA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação mencionado na nota nº. 12)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Rio Grande Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua razão social foi alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano.

O objetivo social da Companhia é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

2 DA CONCESSÃO

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 13/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado, atualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº. 4.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo, através da Resolução nº. 444, de 26 de outubro de 2001, o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual contém o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações na forma de divulgação e apresentação.

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia – MAE – as compras (custo da energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pelo Mercado Atacadista de Energia – MAE.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela “A”) – CVA – está representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica definidos pela ANEEL como não-gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Essas parcelas são atualizadas com base na taxa de juros SELIC até a data do balanço e apropriadas ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário repassado aos consumidores.

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – em função do disposto nas Diretrizes Gerais e Contábeis nº. 6.3.10.4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº. 193, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais do exercício, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para a aplicação no imobilizado em curso, foram transferidos do resultado para custo desse ativo.

Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente, parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, e registrada nas obras em curso.

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras – incluem aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzido ao valor de mercado, se necessário.

Consumidores e revendedores – as contas a receber incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e não faturada.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – está constituída em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos.

Estoques – são avaliados e registrados ao custo histórico médio de aquisição. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilizações em curso.

Investimentos – estão registrados pelo custo de aquisição e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado. O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O valor correspondente ao passivo a descoberto da controlada está registrado no exigível a longo prazo como “Provisão para passivo a descoberto da controlada”.

Imobilizado – os bens adquiridos até 31 de março de 2003 estão registrados pelo valor de mercado, com base em laudo emitido por perito independente, e os adquiridos a partir desta data estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida econômica útil dos bens (vide nota explicativa nº. 11.b).

Diferido – é composto do ágio da aquisição da Companhia e gastos com implantação de sistemas, os quais estão sendo amortizados no prazo de 10 anos. Inclui ainda, a variação cambial diferida de obrigações e créditos, de acordo com a Medida Provisória nº. 03, de 26 de setembro de 2001 e Deliberações CVM nºs. 404 e 409, de 27 de setembro de 2001 e 1º de novembro de 2001, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos – são atualizados pela variação monetária ou cambial e juros, determinada em cada modalidade, incorridos até a data do balanço.

Plano de pensão – a obrigação futura estimada com base na avaliação atuarial, preparada anualmente por atuários independentes, para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão dos funcionários é registrada mensalmente com base em percentual estabelecido pelos atuários aplicado sobre a folha de pagamento. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, a Companhia optou pelo reconhecimento do passivo atuarial inicial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006.

Contribuição social e imposto de renda – estão calculados conforme normas estabelecidas para as empresas cuja apuração têm como base o Lucro Real. A Companhia constitui créditos fiscais sobre a base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis.

Prejuízo por ação – está determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

c) Práticas contábeis para consolidação

Os principais procedimentos de consolidação consideram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das transações entre estas; e,
- eliminação da participação no capital e prejuízo do exercício da empresa controlada.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipo de aplicação	Taxa média	Controladora		Consolidado	
		2003	2002	2003	2002
Curto Prazo					
CDB - DI e LFT	100,0% do CDI	1.104	2.029	1.104	2.029
CDB - DI	98,7% do CDI	1.709	40.000	1.709	40.000
Debêntures	102,0% do CDI	5.328	-	5.328	-
Fundos de Investimento	105,0% do CDI	1.308	-	1.308	-
Total de Curto Prazo		9.449	42.029	9.449	42.029
Longo Prazo					
CDB - Com Swap Cambial	100,0% do CDI	5.149	-	5.149	-
Total de Longo Prazo		5.149	-	5.149	-
Total das Aplicações de Curto e Longo Prazo		14.598	42.029	14.598	42.029

6 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldo				Provisão para devedores duvidosos		Saldo líquido		
	Vincendos	Vencidos		Total	Total	2003	2002	2003	2002
		até 90 dias	mais de 90 dias	2003	2002				
Curto Prazo									
Consumidores									
Residencial	35.975	15.182	10.225	61.382	44.109	(10.692)	(6.020)	50.690	38.089
Industrial	25.195	13.158	8.184	46.537	30.880	(4.020)	(2.516)	42.517	28.364
Comercial e serviços	18.166	8.107	8.422	34.695	23.454	(7.542)	(3.246)	27.153	20.208
Rural	7.795	1.216	481	9.492	7.412	(204)	(99)	9.288	7.313
Poder público	5.696	4.142	4.519	14.357	9.844	-	-	14.357	9.844
Iluminação pública	11.414	5.303	21.551	38.268	38.467	-	-	38.268	38.467
Serviço público	4.313	355	355	5.023	6.143	-	-	5.023	6.143
Fornecimento não faturado	48.883	-	-	48.883	35.201	-	-	48.883	35.201
Subtotal - Consumidores	157.437	47.463	53.737	258.637	195.510	(22.458)	(11.881)	236.179	183.629
Revendedores	6.897	-	-	6.897	8.504	-	-	6.897	8.504
AES Uruguaiiana Ltda	16.774	-	-	16.774	16.774	-	-	16.774	16.774
Comercialização no MAE (*)	70	-	-	70	11.284	-	-	70	11.284
Acordo de reembolso de energia livre	2.447	-	-	2.447	11.026	-	-	2.447	11.026
Total dos consumidores e revendedores curto prazo	183.625	47.463	53.737	284.825	243.098	(22.458)	(11.881)	262.367	231.217
Longo Prazo									
Consumidores									
Residencial	625	-	-	625	-	-	-	625	-
Industrial	1.163	-	-	1.163	-	-	-	1.163	-
Comercial e serviços	1.332	-	-	1.332	-	-	-	1.332	-
Rural	50	-	-	50	-	-	-	50	-
Iluminação pública	13.157	-	-	13.157	-	-	-	13.157	-
Subtotal - Consumidores	16.327	-	-	16.327	-	-	-	16.327	-
Acordo de reembolso de energia livre	6.805	-	-	6.805	-	-	-	6.805	-
Total dos consumidores e revendedores longo prazo	23.132	-	-	23.132	-	-	-	23.132	-

* Vide nota explicativa nº. 13.

AES Uruguaiana Ltda.

Os valores a receber da AES Uruguaiana Ltda., referem-se a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais estão em negociação entre as partes. Os montantes registrados pela Companhia representam a melhor estimativa de realização.

Créditos vencidos

- Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades: para esses tipos de consumidores o saldo dos créditos em atraso é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é de, após aproximadamente 27 dias da conta em atraso, interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é reestabelecido após a quitação dos valores em atraso;
- Poder público, iluminação pública e serviço público: para esses tipos de consumidores os créditos em atraso estão concentrados em 17 prefeituras de grandes cidades, no montante de R\$ 30.589, correspondentes a 84,4% do saldo vencido. Para os saldos a receber em atraso a Companhia vem implementando renegociações e/ou parcelamentos, sempre condicionados aos recebimentos dos débitos vincendos. Devido à natureza destes consumidores, a Administração acredita que não haverá perdas significativas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os créditos relevantes foram realizadas análises criteriosas considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da administração, existência de garantias reais, renegociação dos créditos e devedores em situação de concordata ou falência.
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujo montante é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Acordo de reembolso de energia livre (Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico)

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, denominada como “Energia Livre”, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. A Resolução ANEEL nº. 483, de 29 de agosto de 2002, homologou o montante relativo a compra de energia no âmbito do MAE a ser repassado para os consumidores. Porém, como quem arrecada não é quem faz jus à parcela de “Energia Livre”, foi elaborado, no âmbito do “Acordo Geral do Setor Elétrico”, o “Acordo de Reembolso de Energia Livre”, onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores, sendo os procedimentos operacionais para o referido repasse regulamentados pela Resolução ANEEL nº. 36, de 29 de janeiro de 2003. O montante divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE referente o ressarcimento de Energia Livre, representava em 31 de dezembro de 2002 R\$ 11.026, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2003 R\$ 9.252.

7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Representam os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais e sobre a base negativa da contribuição social, controlados na Parte "B" do LALUR, como segue:

a) Apuração da contribuição social e do imposto de renda diferidos para os exercícios de 2003 e 2002:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(34.084)	(98.681)
Resultado da equivalência patrimonial	49.671	63.514
Receitas excluídas permanentemente - líquidas	(47.722)	(2.212)
Resultado tributável	<u>(32.135)</u>	<u>(37.379)</u>
Contribuição social (alíquota de 9,0%)	2.892	3.364
Imposto de renda (alíquota de 25,0%)	8.034	9.345
Receita de contribuição social e imposto de renda	<u>10.926</u>	<u>12.709</u>

b) Apuração da contribuição social e do imposto de renda diferidos em 31 de dezembro de 2003 e 2002:

<u>Ativo Fiscal</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	167.304	151.537
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	26.427	27.027
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.458	11.881
Provisão para contingências	20.990	16.589
Provisão para outras contas a pagar	8.827	6.836
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	<u>246.006</u>	<u>213.870</u>
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	<u>34,0%</u>	<u>34,0%</u>
Total do crédito fiscal	<u>83.642</u>	<u>72.716</u>

<u>Passivo Fiscal</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Reserva de reavaliação	416.421	-
Reavaliação dos terrenos	(14.514)	-
Realização da reavaliação	(16.433)	-
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	<u>385.474</u>	<u>-</u>
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	<u>34,0%</u>	<u>-</u>
Total do débito fiscal	<u>131.061</u>	<u>-</u>

c) Estimativa de realização dos créditos fiscais:

	Estimativa de realização	Créditos a realizar
Exercício 2004	11,6%	9.702
Exercício 2005	17,8%	14.888
Exercício 2006	15,2%	12.714
Exercício 2007	18,8%	15.725
Exercício 2008	24,6%	20.576
Exercício 2009	12,0%	10.037
Total da estimativa de realização dos créditos fiscais	100,0%	83.642

A estimativa de realização dos créditos fiscais demonstrados refere-se à Controladora, e foi elaborada de acordo com as projeções orçamentárias realizadas segundo premissas do planejamento estratégico da Companhia, considerando, dentre outros, expectativas macroeconômicas, operacionais e de mercado, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Para a Controlada Sul Geradora Participações S/A não foi contabilizado contribuição social e o imposto de renda diferidos sobre as provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais, controlados na Parte “B” do LALUR, e sobre a base negativa da contribuição social, no montante aproximado de R\$ 54.000.

8 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora				Consolidado			
	Curto prazo		Longo prazo		Curto prazo		Longo prazo	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis								
Acordo Geral do Setor Elétrico - Parcela "A"								
Custos de energia para revenda	29.628	19.067	-	26.215	29.628	19.067	-	26.215
Conta de consumo de combustível - CCC	7.179	4.619	-	6.351	7.179	4.619	-	6.351
Subtotal	36.807	23.686	-	32.566	36.807	23.686	-	32.566
Reajuste Tarifário em 2002 - Saldo Amortizado								
Custos de energia para revenda	-	2.617	-	-	-	2.617	-	-
Conta de consumo de combustível - CCC	-	674	-	-	-	674	-	-
Subtotal	-	3.291	-	-	-	3.291	-	-
Varição capturada para reajuste tarifário em 2004								
Custos de energia para revenda	33.531	48.226	50.037	24.114	33.531	48.226	50.037	24.114
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.575	-	5.151	-	2.575	-	5.151	-
Encargos de serviços de sistema - ESS	6.849	7.800	13.698	3.900	6.849	7.800	13.698	3.900
Subtotal	42.955	56.026	68.886	28.014	42.955	56.026	68.886	28.014
Outras despesas	1.092	122	1.247	-	3.434	122	2.326	-
Total	80.854	83.125	70.133	60.580	83.196	83.125	71.212	60.580

a) Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela “A”) – CVA

A partir de 26 de outubro de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou o registro, em conta de despesas pagas antecipadamente, dos custos incorridos considerados não-gerenciáveis (parcela “A”) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são registrados na “Conta de compensação de variação de itens da parcela “A” (CVA)” do ativo circulante e realizável a longo prazo, sendo atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário correspondente. Para os custos efetivamente pagos, do período de 26 de outubro de 2001 a 19 de março de 2002, foram repassados por meio do reajuste tarifário de 2002 e amortizados até abril de 2003. Os repasses dos custos pagos a partir de 19 de março de 2002, foram adiados por doze meses, através da portaria interministerial nº 116, de 04 de abril de 2003. Tais custos serão apropriados ao resultado do exercício nos 24 meses subseqüentes ao reajuste tarifário anual que ocorrerá em abril de 2004.

b) Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

A Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não-gerenciáveis citados no parágrafo anterior para o período de 1º. de janeiro a 25 de outubro de 2001, sendo que estes custos foram repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica através do aumento tarifário extraordinário de 2,9% para os consumidores integrantes das classes, residencial, rural e iluminação pública (exceto para os consumidores integrantes da subclasse baixa renda) e de 7,9% para os demais consumidores, sem prejuízo do reajuste tarifário anual previsto no contrato de concessão. A Administração da Companhia estima em 19 meses o prazo máximo de permanência do aumento extraordinário nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, prazo este que está vigorando desde de abril de 2003.

9 OUTROS CRÉDITOS

	Curto prazo		Longo prazo	
	2003	2002	2003	2002
Venda de imóveis a receber	1.488	1.422	-	-
Aluguéis a receber	5.561	1.393	-	-
Encargo de capacidade emergencial	5.150	3.596	-	-
Eficientização da iluminação pública	3.994	1.665	4.015	510
Reserva global de reversão - RGR	656	1.968	-	-
Enquadramento residencial baixa renda	4.609	7.298	-	-
Outros	3.916	1.304	537	864
Total	25.374	18.646	4.552	1.374

Enquadramento residencial baixa renda

A Lei n°. 10.438, de 26 de abril de 2002, ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL n°.s. 246 e 485, de 30 de abril e 29 de agosto de 2002, respectivamente. Dessa forma ocorreu uma redução no faturamento anual da Companhia, que foi compensado pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no Ofício Circular n°. 155/2003-SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003. O saldo a receber será compensado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme dispõe a Lei n°. 10.604 de 17 de dezembro de 2002.

10 INVESTIMENTOS

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Bens e direitos para uso futuro	-	589
Outros investimentos	940	940
Total	<u>940</u>	<u>1.529</u>

Investimento em controlada

A controlada integral, Sul Geradora Participações S.A., constituída em 6 de abril de 2000, tem por objeto a participação no capital de outras sociedades e atividades de importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas. A única operação realizada pela controlada refere-se à captação do empréstimo junto ao BankBoston mencionado na nota explicativa n°. 14.

			Sul Geradora	
			Participações S.A.	
			<u>2003</u>	<u>2002</u>
Quantidades de ações do capital social			1.000	1.000
Quantidades de ações de propriedade da Companhia			1.000	1.000
Percentual de participação			100,0%	100,0%
Passivo a descoberto	R\$		(163.291)	(113.620)
Prejuízo líquido do exercício	R\$		(49.671)	(63.514)

			Efeitos na controladora	
			<u>2003</u>	<u>2002</u>
Resultado da equivalência patrimonial	R\$		(49.671)	(63.514)
Provisão para passivo a descoberto	R\$		163.291	113.620

Em função da controlada Sul Geradora Participações S.A. ter apurado prejuízos nos últimos exercícios, e por consequência apresentar passivo a descoberto, a controladora constituiu a correspondente provisão no passivo exigível a longo prazo.

11 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos:

	2003		2002	
	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição				
Intangíveis	22.369	(855)	21.514	2.491
Terrenos	12.912	-	12.912	1.604
Reservatórios, barragens e adutoras	412	(5)	407	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.818	(187)	14.631	6.492
Máquinas e equipamentos	967.001	(31.563)	935.438	639.809
Veículos	7.496	(791)	6.705	3.826
Móveis e utensílios	997	(114)	883	2.608
	1.026.005	(33.515)	992.490	656.830
Comercialização				
Intangíveis	192	(29)	163	203
Terrenos	2.975	-	2.975	83
Edificações, obras civis e benfeitorias	730	(9)	721	381
Máquinas e equipamentos	127.230	(4.848)	122.382	54.707
Veículos	901	(86)	815	386
Móveis e utensílios	63	(4)	59	139
	132.091	(4.976)	127.115	55.899
Administração				
Intangíveis	14.135	(1.869)	12.266	13.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	396	(6)	390	1.079
Máquinas e equipamentos	11.337	(1.498)	9.839	7.720
Veículos	365	(34)	331	248
Móveis e utensílios	453	(18)	435	507
	26.686	(3.425)	23.261	22.679
	1.184.782	(41.916)	1.142.866	735.408
Em curso				
Distribuição			41.912	35.318
Comercialização			1.220	264
Administração			2.081	658
			45.213	36.240
Subtotal			1.188.079	771.648
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica			(78.522)	(69.509)
Total imobilizado líquido			1.109.557	702.139
Taxas médias de depreciação				
Distribuição			3,1%	4,6%
Comercialização			3,3%	4,6%
Administração			10,8%	6,5%

b) Taxas de depreciação

A alteração nas taxas médias de depreciação, ocorreram em decorrência da reavaliação dos ativos realizada no exercício de 2003, que através de laudo técnico emitido por empresa especializada, determinou novas vidas úteis aos bens.

c) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Referem-se a contribuições do consumidor e representam recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A partir de 1º. de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Em caso de liquidação da Companhia, essas contribuições representariam parcelas a serem revertidas à União.

d) Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

e) Reavaliação

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado o laudo de reavaliação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, emitido pelo perito independente ADVANCED APPRAISAL Consultoria e Planejamento, na data base de 31 de março de 2003, de acordo com a legislação societária e normatização da CVM, bem como a contabilização no mês de junho de 2003, na conta de reserva de reavaliação no montante de R\$ 416.421. Adicionalmente, a Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a totalidade da reavaliação, exceto sobre terrenos.

Resumo da reavaliação:

	<u>Laudo</u>	<u>Residual</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Realização</u>	<u>Líquido</u>
Intangíveis	36.117	15.725	20.392	(757)	19.635
Terrenos	16.260	1.746	14.514	(6)	14.508
Reservatório e barragens	412	42	370	(13)	357
Edificações obras civis	15.288	7.807	7.481	(278)	7.203
Máquinas e equipamentos	1.071.451	700.687	370.764	(15.277)	355.487
Veículos	8.762	4.236	4.526	(168)	4.358
Móveis e utensílios	1.507	3.133	(1.626)	60	(1.566)
Total	1.149.797	733.376	416.421	(16.439)	399.982

12 DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Gastos com implantação de sistemas e outros	27.746	23.510	27.746	23.510
Ágio na incorporação da controladora	1.120.267	1.120.267	1.120.267	1.120.267
Amortização acumulada	(622.309)	(507.684)	(622.309)	(507.684)
Variação cambial diferida em 2001	-	-	76.866	76.866
Amortização da variação cambial diferida	-	-	(67.385)	(49.285)
Total	525.704	636.093	535.185	663.674

Gastos com implantação de sistemas

Os gastos com implantação de sistemas e outros referem-se, em sua maioria, às despesas com a implantação do novo sistema administrativo/financeiro e está sendo amortizado pelo período de 10 anos.

Ágio na incorporação da controladora

Em 13 de julho de 1998, a Companhia incorporou sua controladora DOC 3 Participações S.A.. O ágio pago pela DOC 3 Participações registrado na Companhia está fundamentado na expectativa de resultado futuro, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados prevêem amortizações lineares de 10,0% a.a.. O valor do ágio amortizado no exercício de 2003 foi de R\$ 112.027 .

Os benefícios futuros decorrentes da amortização do ágio ao longo do prazo de amortização são estimados em, aproximadamente, 34,0% do montante anualmente amortizado.

Variação cambial

A controlada, Sul Geradora Participações S.A., exercendo permissão contida na Medida Provisória nº. 03, de 30 de setembro de 2001, e Deliberações CVM nºs. 404 e 409, de 27 de setembro e 1º. de novembro de 2001, respectivamente, registrou em conta do ativo diferido o resultado da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001. O valor diferido será amortizado linearmente, e registrado em conta própria do resultado, em até 4 anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. Verificando-se a liquidação parcial ou total do passivo, pelo pagamento ou pela conversão em capital, ou, ainda, verificando-se a recuperação das perdas diferidas mediante a existência de ganhos decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, o ativo diferido cambial deverá ser amortizado, total ou parcialmente, na mesma proporção da liquidação, conversão ou ganhos ocorridos. Caso a Companhia tivesse optado por não efetuar o diferimento da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001, o ativo diferido (Consolidado) e o patrimônio líquido (Controladora e Consolidado) estariam diminuídos em R\$ 9.481 para o ano de 2003 (R\$ 27.581 para o ano de 2002), a provisão para passivo a descoberto (Controladora) estaria aumentada em R\$ 9.481 para o ano de 2003 (R\$ 27.581 para o ano de 2002) e o prejuízo do exercício (Controladora e Consolidado) e o prejuízo por ação (Controladora) estariam diminuídos em R\$ 18.100 e R\$ 0,023 respectivamente, para o ano de 2003 (R\$ 30.069 e R\$ 0,039 respectivamente, em 2002).

13 FORNECEDORES

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Supridores de energia elétrica		
ELETROSUL - Repasse de ITAIPU	24.015	28.584
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	4.908	4.462
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	5.702	4.965
Tractebel Energia	25.601	17.109
AES Uruguaiana	22.570	21.232
CPFL Comercialização Brasil Ltda	2.747	-
Furnas Centrais Elétricas	3.225	1.400
Outros supridores de energia	8.107	7.642
Total dos supridores de energia	<u>96.875</u>	<u>85.394</u>
Comercialização no MAE	24.000	33.696
Encargos de serviços de sistema - ESS	-	9.072
Materiais e serviços	9.839	9.710
Total Fornecedores	<u><u>130.714</u></u>	<u><u>137.872</u></u>

Comercialização no MAE

Os montantes de compra e venda de energia elétrica de curto prazo e seus respectivos valores foram provisionados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia e ajustados quando divulgadas as diversas contabilizações efetuadas pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE.

A Companhia encerrou o exercício de 2003 com um contas a pagar de cerca de R\$ 23.930, líquido de um contas a receber de R\$ 70 (em 2002 com um contas a pagar de cerca de R\$ 31.484, líquido de um contas a receber de R\$ 11.284). Estes montantes foram homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e receberam autorização para liquidação financeira pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Os valores contabilizados e parcialmente liquidados estavam sujeitos a auditoria independente e ao desfecho de ações judiciais movidas por agentes do mercado, sendo que a referida auditoria foi concluída em junho de 2003. O montante liquidado pela Companhia em 2003 foi de R\$ 14.527 (R\$ 9.655 em 2002).

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

					CONTROLADORA					
					2003			2002		
Indexador	Vencimento inicial	Vencimento final	% de Juros a.a.	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total	
BRDE	IGPM	31.08.97	30.09.06	12,0	24.901	46.250	71.151	20.686	63.220	83.906
Fundação ELETROCEEE	INPC/TR	31.08.97	31.07.12	9,0	2.732	20.715	23.447	2.423	20.794	23.217
Consumidores-pessoas físicas	-	-	-	-	11.094	2.562	13.656	9.819	2.358	12.177
Consumidores-pessoas jurídicas	IGPM	-	-	-	-	6	6	6	6	12
BNDES - FINEM	TJLP	15.12.99	15.09.07	3,5 a 4,0	17.816	48.154	65.970	16.888	62.316	79.204
BNDES - Programa de apoio emergencial	SELIC	17.03.03	15.02.08	1,0	30.831	42.561	73.392	22.959	37.396	60.355
Eletrobrás	RGR	30.05.00	30.08.07	6,0 a 9,0	1.353	2.752	4.105	1.545	4.069	5.614
Banrisul	109,3% CDI	07.07.03	06.06.05	3,5	6.787	3.333	10.120	-	-	-
Itaú BBA - líquido de "swap"	US\$	20.01.04	15.06.05	7,0	15.020	7.157	22.177	-	-	-
Unibanco - líquido de "swap"	US\$	15.09.03	15.09.07	Libor+7,25	5.147	24.090	29.237	-	-	-
Banco do Brasil	IRP	11.06.04	13.09.04	14,3	10.742	-	10.742	-	-	-
Instituições financeiras	117,8% CDI	31.01.03	01.06.04	-	56.459	-	56.459	83.835	-	83.835
Total					182.882	197.580	380.462	158.161	190.159	348.320

					CONSOLIDADO					
					2003			2002		
Indexador	Vencimento inicial	Vencimento final	% de Juros a.a.	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total	
BRDE	IGPM	31.08.97	30.09.06	12,0	24.901	46.250	71.151	20.686	63.220	83.906
Fundação ELETROCEEE	INPC/TR	31.08.97	31.07.12	9,0	2.732	20.715	23.447	2.423	20.794	23.217
Consumidores-pessoas físicas	-	-	-	-	11.094	2.562	13.656	9.819	2.358	12.177
Consumidores-pessoas jurídicas	IGPM	-	-	-	-	6	6	6	6	12
BNDES - FINEM	TJLP	15.12.99	15.09.07	3,5 a 4,0	17.816	48.154	65.970	16.888	62.316	79.204
BNDES - Programa de apoio emergencial	SELIC	17.03.03	15.02.08	1,0	30.831	42.561	73.392	22.959	37.396	60.355
Eletrobrás	RGR	30.05.00	30.08.07	6,0 a 9,0	1.353	2.752	4.105	1.545	4.069	5.614
Banrisul	109,3% CDI	07.07.03	06.06.05	-	6.787	3.333	10.120	-	-	-
Itaú BBA - líquido de "swap"	US\$	20.01.04	15.06.05	7,0	15.020	7.157	22.177	-	-	-
Unibanco - líquido de "swap"	US\$	15.09.03	15.09.07	Libor+7,25	5.147	24.090	29.237	-	-	-
Banco do Brasil	IRP	11.06.04	13.09.04	14,3	10.742	-	10.742	-	-	-
Instituições financeiras	117,8% CDI	31.01.03	01.06.04	-	56.459	-	56.459	83.835	-	83.835
BankBoston - líquido de "swap"	US\$	28.08.00	27.07.05	Libor + 4,7	146.803	167.698	314.501	129.549	270.020	399.569
Total					329.685	365.278	694.963	287.710	460.179	747.889

- O empréstimo junto ao BRDE refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela Companhia no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da Companhia.
- O empréstimo junto à Fundação ELETROCEEE refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela Companhia em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia.
- O empréstimo denominado de “Consumidores Pessoas Físicas”, refere-se a valores adiantados pelos consumidores para construção de infra-estrutura de fornecimento de energia elétrica. Esses valores são devolvidos em um ano a partir da data de conclusão da instalação.
- O empréstimo junto ao BNDES-FINEM tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia. As amortizações são mensais, e foi oferecido como garantia a arrecadação da venda de energia.

Adicionalmente, durante os exercícios de 2003 e de 2002, foram liberados financiamentos referente ao “Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica”, com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio financeiro decorrentes dos seguintes fatos:

- (i) financiamento correspondente a aproximadamente 90,0% dos impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, liberado em novembro de 2002 no montante de R\$ 48.885, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 5,6% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS, e, em dezembro de 2002 o montante de R\$ 9.631, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS;
 - (ii) financiamento correspondente a CVA não contemplada no reajuste tarifário de abril de 2003, tendo como garantia a arrecadação correspondente a 3,18% do faturamento mensal da Companhia (vide nota explicativa nº. 8.a.).
- O empréstimo firmado com Banco Itaú BBA S.A., por meio da linha Resolução do Banco Central nº. 2770, destina-se a financiar capital de Giro da Companhia, sendo as amortizações de principal e juros mensais, vencíveis em dezoito parcelas, a partir de janeiro de 2004, tendo como garantia notas promissórias.
 - O empréstimo “DEG”, tomado junto ao Unibanco S.A., refere-se a uma linha de repasse destinado a financiar os investimentos no período de 2002 a 2004; as amortizações de principal e juros são semestrais e nos meses de março e setembro. Como garantias foram dados recebíveis e conta reserva.
 - O empréstimo firmado com o Banco do Brasil S.A., destina-se ao financiamento para comercialização de insumos (energia elétrica) destinados à atividade agropecuária, sendo liberado em duas “tranches” e amortização de principal e juros nos meses de junho e setembro do ano de 2004, tendo como garantia fianças bancárias.

- O empréstimo junto às instituições financeiras refere-se a financiamento do capital de giro e outras operações similares de curto prazo, tendo como garantias notas promissórias.
- O empréstimo “Trade Finance” refere-se à captação de recursos realizada em maio de 2000 pela Sul Geradora Participações S.A., através de operação de adiantamento de pré-exportação, no valor de US\$ 190.000 mil (R\$ 351.818), tendo como garantia da operação o aval da Rio Grande Energia S.A. e cartas de fianças. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como seguem:

Ano do vencimento	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
2004	-	72.354	-	195.997
2005	93.564	45.338	261.262	191.715
2006	63.706	41.255	63.706	41.255
2007	27.285	17.423	27.285	17.423
2008	3.230	2.744	3.230	2.744
Após 2008	9.795	11.045	9.795	11.045
Total	197.580	190.159	365.278	460.179

15 TAXAS REGULAMENTARES

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Reserva global de reversão - RGR	3.381	3.218
Taxa de fiscalização - ANEEL	155	147
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.827	-
Conta consumo de combustível - CCC	1.201	4.013
Total	<u>6.564</u>	<u>7.378</u>

A reserva global de reversão (RGR) é um fundo de reserva gerenciado pela Eletrobrás, como órgão do Governo Federal, designado para prover fundos para pagamentos aos concessionários, até a expiração de suas concessões, data em que a Companhia será reembolsada pelo valor do ativo permanente líquido, registrado nos livros. Em 3 de janeiro de 1996, o Decreto nº. 1.771 instituiu a taxa de RGR de 2,5% do imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

A conta de desenvolvimento energético (CDE) é uma contribuição feita pela Companhia que visa financiar o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas de energia, como fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A conta consumo de combustível (CCC) é uma contribuição feita pela Companhia para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoeletrica no sistema energético brasileiro.

16 CONTAS A PAGAR DE APOSENTADORIAS INCENTIVADAS

Por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação ELETROCEEE, os quais não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, decorrentes de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação ELETROCEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a., cujas provisões estão demonstradas a seguir:

Descrição	2003				
	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Saldo longo prazo	Saldo curto prazo
Complemento de aposentadoria	33.433	(9.775)	23.658	17.665	5.993
Contribuição à fundação	3.911	(1.143)	2.768	2.066	702
Total	37.344	(10.918)	26.426	19.731	6.695

Descrição	2002				
	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Saldo longo prazo	Saldo curto prazo
Complemento de aposentadoria	35.370	(11.208)	24.162	18.508	5.654
Contribuição à fundação	4.194	(1.329)	2.865	2.194	671
Total	39.564	(12.537)	27.027	20.702	6.325

O saldo de longo prazo do complemento de aposentadoria vence conforme segue:

Ano do vencimento	2003			Total
	Complemento de aposentadoria	Contribuição à fundação		
2005	4.834	566		5.400
2006	3.801	445		4.246
2007	2.965	347		3.312
2008	2.279	266		2.545
Após 2008	3.786	442		4.228
Total	17.665	2.066		19.731

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
ICMS	23.145	14.155	23.145	14.155
PIS	1.258	333	1.258	333
COFINS	4.426	3.250	4.426	3.250
Outras	1.312	1.292	1.312	1.292
Total	30.141	19.030	30.141	19.030

18 DIVIDENDOS

O estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos aos acionistas, calculados em 25,0% do lucro líquido, observados os dividendos das ações preferenciais.

Em Assembléia Geral de Preferencialistas, realizada em 18 de dezembro de 2003, os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia, deliberaram unanimemente renunciar unilateralmente ao recebimento do dividendo fixo e cumulativo no montante de R\$ 75.263 (R\$ 0,52 por ação), referente ao exercício social de 2003. Esta renúncia é irrevogável e irrevogável, e vincula todos os acionistas preferencialistas.

O dividendo fixo e cumulativo de 13,0% ao ano sobre o preço de emissão das ações preferenciais foi assim calculado:

	2003			2002		
	Quantidade de ações	Preço de emissão por lote de 1000 ações	Valor total	Quantidade de ações	Preço de emissão por lote de 1000 ações	Valor total
Base de cálculo	144.738	4	578.950	144.738	4	578.950
Dividendos - 13,0% a.a.			-			75.263
Dividendos de anos anteriores não distribuídos			211.301			137.111
Total dos dividendos a pagar			211.301			212.374

19 PARTES RELACIONADAS

O contrato de mútuo realizado com a Sul Geradora Participações S.A. está sujeito a encargos calculados até 31 de janeiro de 2002, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 1,5% a.a., e a partir de 1º de fevereiro de 2002, com encargos calculados com base em 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e prazo para amortização até outubro de 2007. Não existem garantias para este contrato.

As principais transações entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
<u>Ativo</u>				
Numerário disponível				
Bradesco S.A.	1.268	516	1.268	516
Aplicações				
Votorantim C.T.V.M. Ltda	-	17.973	-	17.973
Bradesco S.A.	1.709	-	1.709	-
Despesas antecipadas				
Juros a apropriar Votorantim C.T.V.M. Ltda	-	-	2.213	-
<u>Passivo</u>				
Fornecedores				
CPFL - Comercialização Brasil Ltda	2.747	-	2.747	-
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	4	-	4	-
Operações de "swap"				
Banco Votorantim S.A.	4.688	-	11.772	(93.720)
Empréstimo de mútuo				
Sul Geradora Participações S.A.	139.564	259.085	-	-
<u>Resultado</u>				
Custo de energia elétrica	(10.259)	-	(10.259)	-
Custo de operação - material	(898)	(74)	(898)	(74)
Rendimento aplicações financeiras	176	580	176	580
(Despesa) receita financeira - operações de "swap"	(4.688)	-	(105.492)	93.903
Despesa financeira - mútuos	(44.474)	(52.022)	-	-
Outras despesas financeiras	(181)	(114)	(181)	(114)

20 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, segundo avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos externos da empresa e dos administradores. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionado os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Abaixo demonstramos a situação das contingências, bem como os riscos financeiros envolvidos e os valores provisionados:

Natureza	2003					2002		
	Total	Remota	Possível	Provável	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Trabalhista	8.097	798	3.076	4.223	4.223	6.252	3.582	3.808
* Cível	50.419	13.997	33.027	3.395	1.900	23	-	-
Tributária	36.330	-	15.081	21.249	22.911	4.057	21.222	4.080
Total	94.846	14.795	51.184	28.867	29.034	10.332	24.804	7.888

* Existe cobertura de seguros no montante de R\$ 6.500

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária e (iv) ambiental, das quais podemos citar o que segue:

- (i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho somam 3.340 processos, os quais versam sobre direitos trabalhistas, tais como: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso, reconhecimento da relação de emprego dentre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 95,0% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 1,0% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia e 4,0% advêm de reclamações ajuizadas por terceirizados.
- (ii) as causas cíveis versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas; ilegalidade de majoração de tarifa; pedido de indenização por corte de luz; devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado; anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo; indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outras. Constituem-se em um total de 1.293 ações, sendo que aproximadamente 152 são consideradas relevantes. A Companhia mantém para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até de R\$ 6.500.

Destacamos a existência da Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Federal, na Comarca de Caxias do Sul, na qual foi proferida sentença que declarou a ilegalidade da cobrança da tarifa mínima, e a ilegalidade da existência de subclasses na

tarifa baixa renda; sentenças foram interpostas, com possibilidade de êxito, face a legislação que regula a matéria, expedida pelo órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em vigor em todo território nacional, constituindo-se, há muitos anos, prática do setor, motivo pelo qual não foi constituída provisão.

- (iii) dentre as principais causas tributárias, a qual a Companhia faz parte, destacamos:
- autuação do INSS sobre responsabilidade solidária relativo a prestadores de serviços em obras, ainda em fase pericial;
 - autuação da SRF relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS, sendo que o processo está em fase de julgamento de recurso;
 - o pedido de suspensão da eficácia das decisões da SRF para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE), sendo que o processo está em fase de julgamento de recurso;
 - cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais.
- (iv) os processos ambientais versam sobre eventuais cortes ilegais de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia está representado por 775.425.823 ações, sendo 630.688.323 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 144.737.500 ações preferenciais. A Companhia possui em tesouraria 444.835 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no exercício de 1998, pelo preço médio de R\$ 1,08 por ação. Essas ações têm por objetivo a futura alienação ou cancelamento.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2003 foi aprovado o laudo de reavaliação de bens levado a efeito pela administração da Companhia, no valor de R\$ 1.149.797, bem como a contabilização no mês de junho de 2003 de R\$ 416.421 como Reserva de Reavaliação.

As ações preferenciais apresentam as seguintes características:

- não tem direito a voto;
- fazem jus ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo de 13,0% a.a. sobre o preço de emissão, o qual poderá ser pago à conta de reserva de capital, nos termos do disposto no artigo 17, parágrafo 6º. da Lei nº. 6.404/76;
- são ações resgatáveis em até 15 anos, conforme conveniência da Companhia, podendo ser utilizada verba contabilizada em reserva de capital para o pagamento conforme previsto no artigo 44 da Lei nº. 6.404/76;
- o resgate das ações preferenciais será efetuado pelo preço de emissão das ações, atualizado, desde a data de sua integralização até a data do efetivo pagamento do resgate, pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de um “spread” de 1,5% a.a., ambos calculados *pro rata die*, deduzidos os dividendos pagos. O preço das ações atualizado até 31 de dezembro de 2003, conforme critério acima exposto, é de R\$ 551.175 (R\$ 514.904 em 2002).

A composição acionária da Companhia é como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Paulista de Força e Luz	423.277.564	67,1	96.491.667	66,7	519.769.231	67,0
Ipê Energia Ltda	204.853.423	32,5	48.245.833	33,3	253.099.256	32,6
521 Participações S.A.	50.000	-	-	-	50.000	-
VBC Energia S.A.	49.999	-	-	-	49.999	-
Conselho de administração	1.017	-	-	-	1.017	-
Ações em tesouraria RGE	444.835	0,1	-	-	444.835	0,1
Outros	2.011.485	0,3	-	-	2.011.485	0,3
Total das ações	630.688.323	100,0	144.737.500	100,0	775.425.823	100,0

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2003 é de R\$ 1.241,68 (R\$ 903,54 em 31 de dezembro de 2002).

22 FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consumidores		GWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Consumidores						
Residencial	790.201	758.549	1.419	1.406	506.771	410.281
Industrial	29.784	29.069	2.564	2.412	508.596	372.723
Comercial	92.916	91.446	766	741	260.535	198.421
Rural	127.775	135.234	810	809	103.379	84.349
Poder público	9.902	9.824	107	105	37.504	28.027
Iluminação pública	252	247	235	234	42.070	33.799
Serviço público	1.366	1.388	184	179	40.805	30.818
Consumo próprio	79	82	1	1	-	-
Fornecimento faturado	1.052.275	1.025.839	6.086	5.887	1.499.660	1.158.418
Outros						
Fornecimento não faturado do exercício	-	-	-	-	48.883	35.201
Fornecimento não faturado do exercício anterior	-	-	-	-	(35.201)	(33.673)
Acordo de reembolso de energia livre	-	-	-	-	78	11.026
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	39.222	17.821
Total fornecimento energia	1.052.275	1.025.839	6.086	5.887	1.552.642	1.188.793
Suprimento energia	7	7	291	438	22.333	20.376
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	619	-
Total fornecimento e suprimento	1.052.282	1.025.846	6.377	6.325	1.575.594	1.209.169

23 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Energia elétrica comprada para revenda	Quantidade GWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002
Fornecedores				
CEEE	690	920	36.257	39.655
CGTEE	678	753	44.099	40.081
ITAIPU	1.476	1.469	137.797	148.558
TRACTEBEL ENERGIA	3.180	2.961	236.919	152.741
AES URUGUAIANA	1.153	1.146	105.350	96.540
CPFL	122	-	10.259	-
OUTROS	2	38	1.108	27.865
	7.301	7.287	571.789	505.440
Variação de custos da parcela "A" - CVA	-	-	21.094	(60.085)
Subtotal	7.301	7.287	592.883	445.355
Encargos de uso da rede elétrica				
Encargos da rede básica	-	-	76.676	55.368
Encargos de transporte Itaipu	-	-	6.267	5.115
Encargos de conexão	-	-	13.547	10.845
	-	-	96.490	71.328
Variação de custos da parcela "A" - CVA	-	-	(21.197)	(8.582)
Subtotal	-	-	75.293	62.746
Total	7.301	7.287	668.176	508.101

24 DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Despesas com venda				
Pessoal	13.078	11.217	13.078	11.217
Material	832	622	832	622
Serviços de terceiros	8.658	8.273	8.658	8.273
Depreciação e amortização	4.720	3.748	4.720	3.748
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.577	3.287	10.577	3.287
Outros	4.329	3.203	4.329	3.203
	42.194	30.350	42.194	30.350
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	19.902	16.332	19.902	16.328
Administradores	745	562	745	562
Material	354	581	354	581
Serviços de terceiros	9.940	8.479	9.940	8.479
Depreciação e amortização	5.283	4.424	5.283	4.424
Outros	17.647	11.778	17.648	11.778
	53.871	42.156	53.872	42.152
Amortização de ágio	112.027	112.027	112.027	112.027
Total	208.092	184.533	208.093	184.529

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

a) Risco nas flutuações da taxa de câmbio

O resultado da Companhia é afetado significativamente pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio, uma vez que sua subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., possui financiamento “trade finance”, captado em 26 de maio de 2000, no montante de US\$ 190.000 mil (vide nota explicativa nº. 14). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetuou em janeiro de 2002 operações de “swap” para troca do indexador, taxa de juros e “spread” para CDI, dos montantes remanescentes do principal do financiamento “trade finance” vencendo além de 2002 os quais representam US\$ 152.000 mil. O instrumento financeiro cobre o risco da oscilação cambial da dívida através de um montante contratado de US\$ 127.934 mil, mais um cupom em dólar a ser recebido ao longo do prazo de vencimento da dívida, de tal forma que nas datas de vencimento os montantes em dólares, da dívida e do “swap”, serão equivalentes. O crédito decorrente do cupom está reconhecido contabilmente no resultado de acordo com o rendimento auferido até a data de encerramento do exercício, tendo em vista a expressa intenção de não liquidação dos contratos de “swap” antes dos respectivos prazos de vencimentos da dívida.

Adicionalmente, em 2003 a Companhia contratou operações de “swap” para troca do indexador, taxa de juros e “spread” para CDI, referente financiamentos do Unibanco e Itaú BBA (vide nota explicativa nº 14). O efeito líquido das operações de “swap” no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 55.222 (R\$ 47.607 em 31 de dezembro de 2002), na controladora o efeito foi de R\$ 4.438.

O método utilizado para determinação do valor justo das operações de “swap” baseia-se na cotação de mercado à data do encerramento do exercício.

- Exposição líquida em 31 de dezembro de 2003 e de 2002:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2003	2002	2003	2002
Financiamentos	41.598	-	41.598	-
Ajustes contratos de "swap"	9.816	-	8.808	-
Financiamentos - líquido de "swap"	51.414	-	50.406	-
Contratos de "swap" a receber - líquido	(58.980)	-	(58.980)	-
Exposição líquida no final do exercício	(7.566)	-	(8.574)	-

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2003	2002	2003	2002
Financiamentos	345.249	540.270	345.249	540.270
Ajustes contratos de "swap"	20.666	(140.701)	9.056	(33.210)
Financiamentos - líquido de "swap"	365.915	399.569	354.305	507.060
Contratos de "swap" a receber - líquido	(394.954)	(396.360)	(372.977)	(391.821)
Exposição líquida no final do exercício	(29.039)	3.209	(18.672)	115.239

A Companhia possui, também, em suas atividades operacionais, exposição de flutuação cambial na compra de energia, correspondente a R\$ 24.015 em 31 de dezembro 2003 (R\$ 28.584 em 31 de dezembro de 2002), entretanto, a sistemática atual de reajuste tarifário proporciona uma recuperação automática destes custos (conta de compensação), conforme detalhado na nota explicativa nº. 8.a.

b) Risco de crédito

A Companhia mantém uma política de avaliação rígida de risco de crédito para as instituições financeiras com as quais opera. Tal política enfatiza a classificação de risco por agências especializadas e pulverização das suas aplicações financeiras entre as várias instituições financeiras.

27 PLANO PREVIDENCIÁRIO

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE com participação de 4,8% no seu patrimônio, a qual tem como objetivo principal a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes.

O plano de suplementação é do tipo “benefício definido”, com nível de benefício de 100% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

A Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a abertura do referido plano de acordo com a Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores.

A seguir os principais resultados da avaliação atuarial:

a) Conciliação dos ativos e passivos:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(103.980)	(89.159)
Valor justo dos ativos do plano	103.246	70.675
Obrigação atuarial descoberta	(734)	(18.484)
Ajustes por diferimentos permitidos		
(Ganhos) / perdas atuariais não reconhecidas	(12.627)	5.273
Obrigação atuarial inicial não reconhecida	7.625	10.166
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial	<u>(5.736)</u>	<u>(3.045)</u>

b) Movimentação dos ativos e passivos:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
<u>Movimentação dos ativos do plano</u>		
Valor justo dos ativos no início do plano	70.675	62.996
Contribuições da patrocinadora	2.295	1.941
Contribuições de participantes	1.106	1.210
Rendimento efetivo dos ativos	30.696	5.784
Benefícios pagos no ano	<u>(1.526)</u>	<u>(1.256)</u>
Valor justo dos ativos do plano ao final do ano	<u>103.246</u>	<u>70.675</u>
<u>Movimentação dos passivos do plano</u>		
Valor das obrigações no início do ano	(89.159)	(75.703)
Custo do serviço corrente bruto	(2.360)	(2.596)
Juros sobre a obrigação atuarial	(8.372)	(7.109)
(Ganhos) / perdas atuariais	(5.615)	(5.007)
Benefícios pagos no ano	<u>1.526</u>	<u>1.256</u>
Valor das obrigações calculadas ao final do ano	<u>(103.980)</u>	<u>(89.159)</u>

c) Despesa reconhecida na demonstração de resultado:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Custo do serviço corrente	2.360	2.596
Contribuições esperadas dos participantes	(1.223)	(1.345)
Juros sobre obrigações atuariais	8.372	7.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	(6.636)	(5.915)
Amortização da obrigação atuarial inicial	2.541	2.541
Reconhecimento dos (ganhos) / perdas atuariais	<u>(428)</u>	<u>-</u>
Despesa apropriada segundo CVM nº 371	<u>4.986</u>	<u>4.986</u>
Contribuição da patrocinadora (efetivamente apropriada)	<u>2.295</u>	<u>1.941</u>
Total da despesa reconhecida	<u>2.691</u>	<u>3.045</u>

d) Premissas econômicas, financeiras e demográficas:

	2003	2002
Taxa nominal de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total	11,3% a.a.	9,4% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,3% a.a.	9,4% a.a.
Taxa de crescimento salarial	7,1% a.a.	6,4% a.a.
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,0% a.a.	3,2% a.a.
Taxa de rotatividade	[0,3% ÷ (t+1)] onde t=anos de serviço	Considerada nula
Tábua geral de mortalidade	UP-84	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-55/57 (qix)	AT-49 (qix)
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix	Método de Hamza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix
Método de avaliação atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

28 SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados por um montante global de R\$ 36.926 conforme as modalidades de risco e data de vigência demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Riscos nomeados - subestações	30/03/03 a 30/03/04	7.000
Riscos nomeados - lojas e depósitos	30/03/03 a 30/03/04	19.426
Riscos diversos	30/03/03 a 30/03/04	3.000
Responsabilidade civil	30/03/03 a 30/03/04	6.500
RCF - veículos	30/03/03 a 30/03/04	1.000
Total		36.926

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (Não auditado)

a) DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

	Distribuição	Atividade não Vinculada	Consolidado
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica	1.552.642	-	1.552.642
Suprimento de energia elétrica	22.333	-	22.333
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	619	-	619
Outras receitas operacionais	15.506	-	15.506
	1.591.100	-	1.591.100
Deduções da receita operacional			
ICMS	(299.186)	-	(299.186)
PIS	(25.606)	-	(25.606)
COFINS	(46.556)	-	(46.556)
Quota para RGR	(11.409)	-	(11.409)
Encargo de capacidade emergencial	(39.222)	-	(39.222)
	(421.979)	-	(421.979)
Receita operacional líquida	1.169.121	-	1.169.121
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(592.883)	-	(592.883)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(75.293)	-	(75.293)
	(668.176)	-	(668.176)
Custo de operação			
Pessoal	(24.443)	-	(24.443)
Entidade de previdência privada	(627)	-	(627)
Material	(6.519)	-	(6.519)
Serviços de terceiros	(13.903)	-	(13.903)
Depreciação e amortização	(47.520)	-	(47.520)
Conta Consumo de Combustível - CCC	(52.610)	-	(52.610)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(14.202)	-	(14.202)
Outros custos de operação	(4.305)	-	(4.305)
	(164.129)	-	(164.129)
Lucro operacional bruto	336.816	-	336.816
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(42.194)	-	(42.194)
Despesas gerais e administrativas	(53.871)	(1)	(53.872)
Amortização de ágio	(112.027)	-	(112.027)
	(208.092)	(1)	(208.093)
Resultado do serviço	128.724	(1)	128.723
Resultado de participações societárias	(49.671)	-	-
Receita (despesa) financeira			
Receitas financeiras	29.352	-	29.352
Despesas financeiras	(91.702)	(94.144)	(185.846)
Juros sobre mútuo	(44.474)	44.474	-
	(106.824)	(49.670)	(156.494)
Resultado operacional	(27.771)	(49.671)	(27.771)
Resultado não operacional			
Receita não operacional	668	-	668
Despesa não operacional	(6.981)	-	(6.981)
	(6.313)	-	(6.313)
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(34.084)	(49.671)	(34.084)
Contribuição social	2.892	-	2.892
Imposto de renda	8.034	-	8.034
Prejuízo líquido do exercício	(23.158)	(49.671)	(23.158)

b) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controlada	
	2003	2002
Receitas		
Receita de venda de energia e serviços	1.591.100	1.219.637
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.577)	(3.287)
Resultado não operacional	(6.313)	(6.138)
	1.574.210	1.210.212
Insumos		
Custo com energia elétrica	(668.176)	(508.101)
Serviços de terceiros	(32.501)	(32.364)
Material	(7.705)	(6.807)
Outros custos operacionais	(23.226)	(15.521)
	(731.608)	(562.793)
Valor adicionado bruto	842.602	647.419
Retenções		
Depreciação e amortização	(57.523)	(63.572)
Amortização de ágio	(112.027)	(112.027)
	(169.550)	(175.599)
Valor adicionado líquido	673.052	471.820
Valor adicionado transferido		
Resultado de participações societárias	(49.671)	(63.514)
Receitas financeiras	29.352	17.980
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.926	12.709
	(9.393)	(32.825)
Valor adicionado a distribuir	663.659	438.995
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	58.795	50.379
Impostos, taxas e contribuições	491.846	362.540
Despesas financeiras	136.176	112.048
Prejuízo líquido do exercício	(23.158)	(85.972)
	663.659	438.995
Valor adicionado (médio) por empregado	504	338

c) DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(23.158)	(85.972)	(23.158)	(85.972)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	170.679	175.691	170.679	175.691
Provisão (reversão) de contingências	2.541	(2.393)	2.541	(2.393)
Resultado de participações societárias	49.671	63.514	-	-
Provisão para perdas	10.577	3.287	10.577	3.287
Baixas no ativo permanente	6.748	9.442	6.748	9.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.926)	(12.709)	(10.926)	(12.709)
Juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	121.512	75.226	169.361	136.109
Geração bruta de caixa	327.644	226.086	325.822	223.455
Variações no capital circulante e de longo prazo - líquidos				
(Aumento) redução do contas a receber de clientes	(41.727)	(51.943)	(41.727)	(51.943)
(Aumento) redução da conta de compensação - CVA	(5.067)	(76.516)	(5.067)	(76.516)
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(43.487)	(16.314)	(47.469)	(16.714)
Aumento (redução) de fornecedores	(7.158)	14.100	(7.158)	14.100
Aumento (redução) dos tributos e contribuições sociais	11.111	(8.999)	12.462	(7.241)
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	9.102	22.978	12.284	22.663
	(77.226)	(116.694)	(76.675)	(115.651)
Geração operacional de caixa	250.418	109.392	249.147	107.804
Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos				
Investimentos no ativo permanente	(66.459)	(78.325)	(66.459)	(78.325)
Contribuição e doação do consumidor	9.013	5.815	9.013	5.815
Pagamento de dividendos de ações preferenciais	(1.073)	(843)	(1.073)	(843)
Captações (pagamentos) de empréstimos e financiamentos	(47.604)	113.906	(210.315)	(22.831)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	(163.995)	(138.070)	-	-
	(270.118)	(97.517)	(268.834)	(96.184)
Geração líquida de caixa	(19.700)	11.875	(19.687)	11.620
Saldo das disponibilidades				
No início do período	51.283	39.408	51.302	39.682
No fim do período	31.583	51.283	31.615	51.302
Aumento (redução) nas disponibilidades	(19.700)	11.875	(19.687)	11.620

Continuação das demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002.

Sidney Simonaggio
Diretor Presidente

Vlamir Almeida Ramos
Diretor Administrativo-Financeiro e
de Relações com Investidores

João Alfredo Spada
Diretor de Operações

Joelson Barbosa Boeira
Contador – CRC/RS 056979/O-4

Parecer dos auditores independentes

29 de Janeiro de 2004

Aos Diretores e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Rio Grande Energia S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Rio Grande Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Rio Grande Energia S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia e sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Conforme descrito na Nota Explicativa 12, a empresa controlada integral Sul Geradora Participações S.A. optou pelo registro no ativo diferido do valor decorrente das variações nas taxas de câmbio ocorridas no exercício de 2001, computadas sobre as obrigações em moeda estrangeira. As práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Como consequência desse procedimento adotado pela empresa controlada integral, o ativo diferido (consolidado) e o patrimônio líquido (controladora) estão apresentados a maior em R\$ 9.481 mil, a provisão para passivo a descoberto (controladora) está apresentada a menor em R\$ 9.481 mil e o prejuízo do exercício (controladora e consolidado) está apresentado a maior em R\$ 18.100 mil.

- 4 Somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia S.A. e da Rio Grande Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos da Rio Grande Energia S.A. dos exercícios findos nessas datas, bem como os resultados consolidados das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 5 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do resultado segregado por atividade, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado, que estão sendo apresentados nas informações complementares, para propiciar informações suplementares sobre a companhia não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras e não foram auditadas.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Sócio
Contador CRC 1RS029321/O-4

Gilberto Bagaiolo Contador
Diretor
Contador CRC 1RS069038/O-0

BALANÇO SOCIAL (em milhares de reais)

	2003			2002		
	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
1 - Bases de Cálculo						
Receita líquida (RL)	1.169.121			909.939		
Resultado operacional (RO)	(27.771)			(92.543)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	33.773			30.789		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.944	11,7%	0,3%	3.529	11,5%	0,4%
Encargos sociais compulsórios	12.311	36,5%	1,1%	10.810	35,1%	1,2%
Previdência privada	7.170	21,2%	0,6%	5.826	18,9%	0,6%
Saúde	828	2,5%	0,1%	924	3,0%	0,1%
Segurança e medicina no trabalho	856	2,5%	0,1%	826	2,7%	0,1%
Educação	471	1,4%	0,0%	868	2,8%	0,1%
Creches / auxílio Creche	106	0,3%	0,0%	66	0,2%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	2.643	7,8%	0,2%	1.200	3,9%	0,1%
Outros	623	1,8%	0,1%	461	1,5%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	28.952	85,7%	2,5%	24.510	79,6%	2,7%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos na cidadania - educação e cultura	815	-2,9%	0,1%	1.131	-1,2%	0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	382.757	-1378,3%	32,7%	291.877	-315,4%	32,1%
Total - Indicadores sociais externos	383.572	-1381,2%	32,8%	293.008	-316,6%	32,2%
4 - Indicadores ambientais	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Programa de gestão ambiental	73	-0,3%	0%	162	-0,2%	0%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	8.371	-30,1%	0,7%	8.549	-9,2%	0,9%
Total - Indicadores ambientais	8.444	-30,4%	0,7%	8.711	-9,4%	0,9%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.318			1.299		
Nº de admissões durante o período	144			238		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	271			234		
Nº de estagiários(as)	41			37		
Nº de portadores(as) de deficiência ou neces. especiais	65			70		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Rio Grande Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a gestão econômico-financeira da Companhia e examinados o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as informações complementares recebidas e o Parecer dos Auditores Independentes – PriceWaterHouseCoopers – opinam no sentido de que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando assim, em condições de serem submetidas a deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2004.

Fábio Jakobson Lerrer

Márcio José Ferreira

Roberto Lamb

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e documentos da Rio Grande Energia S.A., do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, após análise e esclarecimentos prestados pela Diretoria, consoante os Pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal, aprova os referidos documentos, por unanimidade, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 22 de março de 2004.

Derci Alcântara

Francisco Caprino Neto

João Alberto Schmitt

Lacy Dias da Silva

Luiz Maurício Leuzinger

Marcelo Emilio Figueira

Otávio Carneiro de Rezende

Paulo Edgar Trapp

Valdir Garcia